XV CONGRESSO anpcont
4 a 7 de Dezembro 2021
EVENTO VIRTUAL
VIRTUAL EVENT

272

FATORES DETERMINANTES DAS ESCOLHAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS NAS EMPRESAS QUE OPERAM NO BRASIL

Aluno Mestrado/MSc. Student Carlos Viegas Neto ORCID iD, Doutor/Ph.D. Maria Ivanice Vendruscolo ORCID iD, Doutor/Ph.D. Fernanda Gomes Victor ORCID iD

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Carlos Viegas Neto

0000-0003-1695-5832

Programa de Pós-Graduação/Course
Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Doutor/Ph.D. Maria Ivanice Vendruscolo

0000-0002-2132-5029

Programa de Pós-Graduação/Course
Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Doutor/Ph.D. Fernanda Gomes Victor

0000-0002-2820-9506

Programa de Pós-Graduação/Course
Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Resumo/Abstract

A pesquisa trata dos determinantes que atuam na escolha das políticas contábeis em empresas que operam no Brasil. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, aproveitando-se do modelo adaptado de Ali e Ahmed (2017), com procedimento documental, a partir das demonstrações contábeis, e com perspectiva descritiva. Numa amostra de 92 empresas, durante o intervalo de 2014 e 2019, verificou-se como as escolhas contábeis atinentes a estoques, depreciação e propriedade para investimentos foram influenciadas por variáveis predominantemente financeiras. Constatou-se que somente a variável associada ao grau de imobilização do ativo imobilizado exerce influência significativa na determinação das políticas contábeis. O estudo contribui para melhorar a compreensão da utilização das políticas contábeis e, consequentemente, da informação contábil.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade Financeira e Finanças (CFF) / Financial Accounting and Finance

FATORES DETERMINANTES DAS ESCOLHAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS NAS EMPRESAS QUE OPERAM NO BRASIL

RESUMO

A pesquisa trata dos determinantes que atuam na escolha das políticas contábeis em empresas que operam no Brasil. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, aproveitando-se do modelo adaptado de Ali e Ahmed (2017), com procedimento documental, a partir das demonstrações contábeis, e com perspectiva descritiva. Numa amostra de 92 empresas, durante o intervalo de 2014 e 2019, verificou-se como as escolhas contábeis atinentes a estoques, depreciação e propriedade para investimentos foram influenciadas por variáveis predominantemente financeiras. Constatou-se que somente a variável associada ao grau de imobilização do ativo imobilizado exerce influência significativa na determinação das políticas contábeis. O estudo contribui para melhorar a compreensão da utilização das políticas contábeis e, consequentemente, da informação contábil.

Palavras-chave: Políticas contábeis. Estoque. Depreciação. Propriedade para investimentos.

1 INTRODUÇÃO

Num contexto de convergência internacional de práticas contábeis, notadamente para o padrão *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a existência de alternativa para escolha de políticas contábeis presta-se a permitir uma informação contábil de melhor qualidade (Souza, & Lemes, 2016). Com esse formato, diretrizes baseadas em princípios, muitas vezes a orientação normativa não é definitiva e exige o julgamento do operador contábil. Assim, as entidades podem realizar opções que são claras para os usuários da informação, mas que também podem estar camuflando o verdadeiro objetivo (Almeida, & Lemes 2020). Nesse mote, segundo Kvaal e Nobes (2012), uma das vertentes de estudo com incidência frequente na literatura envolve a harmonização dos relatórios contábeis e, por conseguinte, a avaliação das escolhas de políticas contábeis.

A discricionaridade existente na elaboração das demonstrações contábeis, nos moldes do IFRS, é proveniente, em parte, pela necessidade de fornecer informação relevante para os usuários interessados (Stadler, & Nobes, 2014). Essa margem de atuação pela entidade, entretanto, não deve ser fonte de dúvida e gerar ambiguidade para o leitor dos documentos. Por isso que informações adicionais sobre os números apurados são detalhadas nos relatórios financeiros, dentre as quais se incluem as informações atinentes às políticas contábeis adotadas.

O processo de escolha da política contábil, nos países signatários, é condicionado por diretrizes que são estabelecidas pela norma *International Accounting Standard* 8 (IAS 8). Assim, as escolhas das políticas devem buscar disponibilizar uma maior utilidade da informação, o que abarca a sua completude, neutralidade e congruência com a realidade econômico-financeira da entidade. Ainda que exista esse plano de fundo normativo, considerando que os resultados da organização podem ser influenciados pelas políticas adotadas, existem fatores outros que são ponderados e contribuem para decisão de qual política seguir (Iatridis, 2010).

Há especial interesse na literatura em avaliar a utilização pelos gestores das políticas contábeis como artifício para manobrar os lucros (Lau, & Wong, 2019; Badertscher, Collins, & Lys, 2012), dada a conveniência de aumentá-los ou reduzi-los.

De fato, quando favorável, as escolhas contábeis podem ser direcionadas para suavização dos lucros, possibilitando, assim, que as empresas reduzam a distribuição de seus dividendos. Ao mesmo tempo, se o objetivo for melhorar o seu resultado por motivo de valorizar as ações da empresa, *covenants* ou mesmo para inflar a remuneração de executivos, a entidade consegue adequar positivamente seus ganhos a partir das políticas contábeis escolhidas (Fasan, & Marcon, 2018). Definições de como contabilizar propriedade para investimento, a qual nas mensurações subsequentes pode ser tanto pelo custo, como pelo valor justo, é um exemplo de escolha que gera diferença no resultado (Alves, 2019). Da mesma forma, a velocidade pela qual a empresa deprecia seus ativos (Keating, & Zimmerman, 2000) e o critério que ela adota para valorar seus estoques também são escolhas que podem visar ao gerenciamento de resultado (Astami, & Tower, 2006).

Diversas variáveis têm sido consideradas e estudadas para avaliar os determinantes nas escolhas das políticas contábeis. Skinner (1993) analisou a influência do tamanho das empresas, do grau de alavancagem e dos investimentos nas escolhas dos procedimentos contábeis. Além das anteriores, Ali e Ahmed (2017) acrescentaram avaliações sobre impostos, composição acionária, lucratividade e imobilização de ativos. Em relação às políticas de estoque, Ciftci e Darrough (2019) investigaram os seus determinantes pela perspectiva do impacto nos investidores e em titulares de contratos de dívida. Encontram-se, ainda, avaliações de escolhas contábeis a partir das características dos executivos financeiros (CFO), tal como no trabalho de Almeida e Lemes (2020).

No que diz respeito ao conjunto de variáveis utilizadas, o presente estudo guarda aproximação com a investigação realizada por Ali e Ahmed (2017) e tem o intuito de aprofundar a compreensão das escolhas contábeis no contexto das empresas brasileiras. Com isso, propõe a seguinte questão problema: quais os fatores determinantes das escolhas de políticas contábeis nas empresas brasileiras? Para dar luz à indagação, o objetivo da pesquisa é analisar os fatores determinantes das escolhas de políticas contábeis nas empresas brasileiras.

O entendimento das escolhas contábeis realizadas pelas empresas é importante para os usuários dos relatórios contábeis e, também, para os normatizadores. Identificar como cada fator é considerado permite inferir se a escolha é feita com objetivo de melhorar a informação contábil ou se há um gerenciamento de resultado envolvido na opção adotada. Logo, o estudo contribui para desvendar informações que não são explícitas nos relatórios contábeis e, portanto, auxilia na tomada de decisão, possibilitando um melhor julgamento dos interessados. Além disso, do ponto de vista teórico, amplia o conhecimento acerca das variáveis envolvidas na determinação das políticas contábeis, sobretudo porque efetua a comparação com estudos anteriores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um resgate da literatura no que tange a aspectos ligados a escolhas contábeis é apresentado na sequência. Assim, a fim de dar sustentação ao estudo, disponibiliza-se conceitos e perspectivas acerca do gerenciamento de resultados e políticas contábeis. Além disso, nessa mesma seção, listam-se as pesquisas relacionadas e as hipóteses formuladas.

2.1 Gerenciamento de resultados

A atividade gerencial nas organizações pratica a tomada de decisão no seu exercício cotidiano e, por consequência, resulta em escolhas que afetam diversos aspectos de vida interna e no entorno da empresa. No espectro contábil, opções são feitas para se fazer estimativas sobre ativos e passivos, para se eleger métodos contábeis compatíveis com a realidade da empresa, para determinar a configuração de financiamento e investimento (Healy, & Wahlen, 1999). A partir dessas definições, salientando que não se trata de uma lista taxativa, os resultados financeiros da entidade podem ser direcionados para cima ou para baixo (Rezende, & Nakao, 2012).

A possibilidade de melhorar resultados com artifícios contábeis não denota, necessariamente, uma situação de manipulação prejudicial (Martinez, 2013). A disponibilização de melhor informação pode ser o motivador da escolha contábil a ser seguida (Healy, & Wahlen, 1999). No entanto, o emprego de alternativas contábeis com intuito de omitir informação compromete a avaliação dos investidores (Lara, Osma, & Penalva, 2020). Mais do que isso, o gerenciamento de resultados pode afetar de forma generalizada todos os *stakeholders* (Alam, Ramachandranb, & Nahomyc, 2020). Existe, ainda, a possibilidade de o gerenciamento de resultados utilizar-se de instrumentos não contemplados nas normas aceitas, a fim de manter resultados sobrevalorizados (Badertscher, 2011).

De fato, quando há um espaço de atuação para o gerente optar por diferentes configurações contábeis, há possibilidade de ocorrência de conflito de agência. Mesmo no contexto familiar, onde há maior convergência de interesses, o conflito permeia a relação existente (Ferramosca, & Allegrini, 2018). Assim, o zelo que se dá para o controle e entendimento do gerenciamento de resultados com objetivo individual contribui para identificação de conflito de agência (Dechow, WeiliGe, & Schrand, 2010) e o respectivo custo associado (Saleh, Afifa, & Haniah, 2020).

Diferentes caminhos são trilhados para investigar a existência de gerenciamento de resultados, podendo ser estudado, por exemplo, mediante análise dos *accruals* e distribuição de lucros (Beneish, 2001). No caso particular dos *accruals*, é conveniente que as avaliações façam a distinção entre o *accruals* discricionários e não discricionários (Paulo, Marins, & Corrar, 2007). Outra linha de busca é voltada para identificar o gerenciamento com o intuito de atender expectativas de analistas (Matsumoto, 2002). Além disso, pode-se avaliar eventual diferença intencional dos resultados mediante comparação de custos operacionais de participantes de um mesmo segmento de mercado (Srivastava, 2019).

Pode-se observar em estudos que as relações e as abordagens envolvendo o gerenciamento de resultados são amplas. Desde a influência de executivos narcisistas no gerenciamento de resultado (Capalbo et al., 2018; Buchholz, Lopatta, & Maas, 2020) até pesquisa analisando os impactos da inovação e criatividade (Guggenmos, 2020), o tema tem instigado pesquisas e é observado frequentemente na literatura. Saleh, Afifa e Haniah, (2020) estudando os relatórios contábeis de seguradoras da Jordânia identificaram que fatores financeiros afetam o gerenciamento dos lucros e prejudicam a qualidade da informação. Após analisar mais de 300 artigos sobre o tema, Dechow, Weili e Schrand (2010) agruparam as *proxies* para avaliação de gerenciamento de resultado em: propriedade dos lucros, resposta dos investidores e indicadores externos. Verifica-se, ainda, pesquisas relacionadas ao gerenciamento de resultados no contexto de empresas familiares. Ferramosca e Allegrini (2018) percebem que há características específicas que fazem com que a empresa familiar incline-se para o gerenciamento de resultados.

Esse rol de enfoques segue sendo ampliado e a margem de atuação que os administradores possuem para gerenciar resultados, direta ou indiretamente, a partir das

diferentes políticas contábeis existentes na norma internacional, também permanece no radar dos pesquisadores.

2.2 Políticas contábeis

O conjunto de normas, interpretações e orientações contábeis de um país constitui as práticas contábeis geralmente aceitas, as quais, no caso brasileiro, são convergentes ao padrão IFRS. Estes normativos indicam o tratamento contábil a ser adotado para os elementos patrimoniais e de resultado. Nestes estão previstas diferentes possibilidades de aplicação e ou obrigatoriedades, atendendo aos requisitos e ou critérios de reconhecimento, bases de mensuração e de requisitos mínimos de divulgação.

Com vistas a ter um alcance extenso e abarcar decisões reais com desdobramentos em números contábeis, Fields, Lys e Vincent (2001) conceituam políticas contábeis trazendo a relação entre decisão gerencial e as possíveis repercussões contábeis. Dessa forma, inclui não apenas os impactos em relatórios financeiros, mas também os efeitos em termos de tributação e nos registros regulatórios. Ressalta-se, ainda, que as escolhas de políticas contábeis afetam a utilidade da informação (Stadler, & Nobes, 2014) e podem ser influenciadas pelo oportunismo gerencial (Fasan, & Marcon, 2018).

Observa-se vasta gama de artigos interessados em analisar as políticas contábeis e suas nuances. Stadler e Nobes (2018) avaliaram as escolhas de políticas contábeis em relação aos subsídios governamentais no tocante às opções realizadas e à divulgação da informação associada. Os estudos avaliam, também, questões relacionadas às escolhas envolvendo benefícios aos empregados, os quais exigem divulgações detalhadas nas demonstrações (Glaum, Keller, & Street, 2018). Efeitos das políticas em pesquisa e desenvolvimento, os quais têm reflexos na estratégia e valor da empresa, é outro objeto de pesquisa (Wang et al., 2017). Destacam-se, ainda, os estudos que examinam o uso do valor justo (Cairns et al., 2011; Chang, Liu, & Ryan, 2021) e pesquisas que investigam como as características dos executivos influenciam nas políticas contábeis (Almeida e Lemes 2020).

Tais estudos se justificam pela existência de uma quantidade considerável de normas que trazem elementos discricionários no seu conteúdo. Silva e Martins (2018) avaliaram as escolhas contábeis predominantes nas empresas brasileiras a partir de dez diferentes IAS. Já Botinha e Lemes (2017) focaram suas investigações em um único componente contábil, propriedade para investimentos, discutindo as escolhas contábeis envolvidas e os reflexos na comparabilidade das demonstrações. Assim, as análises em relação às políticas contábeis são tratadas tanto de forma genérica, como em normas específicas.

A pesquisa objeto desse estudo dedica-se a três diferentes regramentos aplicados a empresas no Brasil. Especificamente, trata-se de orientação acerca das políticas contábeis atinentes a estoques, depreciação e propriedade para investimentos. Os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que disciplinam essas matérias são o CPC 16, o CPC 27 e o CPC 28, os quais representam a versão nacional das normas internacionais (IAS).

Em relação ao tratamento contábil dos estoques, CPC 16 (IAS 2), existem dois critérios para atribuição dos custos estabelecidos na norma. Embora possam ter situações em que a empresa utilize mais de um critério, o habitual é que a organização escolha entre o critério primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS) ou custo médio ponderado. No primeiro critério a ordem de produção ou compra dos itens deve ser a mesma na venda, já no segundo critério o que importa é o custo médio dos itens dentro de um período. A

avaliação das políticas de estoque utilizadas pelas empresas tem se caracterizado por não considerar outras partes interessadas, além dos investidores (Ciftci, & Darrough 2019).

O CPC 27 (IAS 16), por sua vez, ocupa-se do reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos imobilizados, contemplando orientação acerca da depreciação. O cálculo da depreciação deve considerar a vida útil econômica do ativo e pode ser pelos critérios linear, saldos decrescentes ou unidades produzidas. O método linear gera uma despesa constante ao longo da vida útil do ativo. Saldos decrescentes geram uma despesa decrescente para o ativo. E o método de unidades produzidas considera o uso ou produção esperada do ativo.

Por fim, o CPC 28 (IAS 40) descreve orientações para o tratamento contábil de propriedades para investimento. As mensurações subsequentes desse ativo podem ser realizadas pelo custo ou pelo valor justo. A opção pelo valor justo implica no reconhecimento de lucros ou perdas, independentemente da realização (Lau, & Wong, 2019). Além disso, empresas que optam pelo custo, também devem apurar o valor justo para fins de divulgação.

2.3 Estudos relacionados

Encontram-se na literatura diferentes abordagens sobre a relação entre políticas contábeis e os fatores influenciadores. O compilado desses estudos é apresentado na Tabela 1 – Literatura prévia sobre o tema. Além dos autores e objetivo de cada estudo, são listadas as políticas envolvidas, as variáveis utilizadas nas análises e os principais resultados.

Tabela 1

Literatura prévia sobre o tema

Hagerman e Zmijewski (1979)	
Objetivo	Examinar possíveis variáveis econômicas que podem influenciar a escolha dos métodos contábeis.
Políticas contábeis analisadas	Depreciação, estoque, serviços de pensão e crédito tributário.
Variáveis utilizadas	Taxa de concentração da indústria, gerenciamento de resultados, risco, intensidade de capital, tamanho e imposto de renda.
Principais resultados	Os resultados mostraram que variáveis econômicas tais como índice de concentração da indústria e risco direcionam escolhas de políticas de redução do resultado. No caso de existência de plano de participação nos lucros, há um favorecimento do uso de políticas de aumento do resultado.
Gul (2001)	
Objetivo	Avaliar a relação entre fluxo de caixa e políticas de estoque.
Políticas contábeis analisadas	Estoque.
Variáveis utilizadas	Tamanho, fluxo de caixa, endividamento, liquidez, ROA, taxa de estoques, tributação, inflação, IOS.
Principais resultados	Constata o autor que empresas com baixo crescimento e alto fluxo de caixa são mais propensas a agir no interesse dos acionistas e, portanto, inclinadas a utilizar políticas de estoques que aumentem o resultado.
Astami e Tower (2006)	
Objetivo	Avaliar a relação transversal entre as variáveis específicas da empresa e as escolhas de políticas contábeis.
Políticas contábeis analisadas	Estoque, depreciação, *goodwill* e imobilizado.
Variáveis utilizadas	Lucratividade, alavancagem, tamanho, concentração acionária, IOS, imobilização do ativo.
Principais resultados	Empresas que utilizam políticas contábeis de aumento do lucro possuem alavancagem financeira, menor concentração de propriedade e maior

	IOS. O país onde o relatório é emitido também influencia, sendo a Indonésia o que se destaca em políticas de redução de resultado.
Waweru, Ntui e Mangena (2011)	
Objetivo	Examinar os fatores que determinam a escolha de vários métodos de contabilidade na Tanzânia.
Políticas contábeis analisadas	Depreciação, pensão, títulos, propriedade para investimentos, estoque, benefícios a empregados, imobilizado, *goodwill*, intangível, *leasing*.
Variáveis utilizadas	Tamanho, alavancagem, força de trabalho, concentração acionária, lucros retidos, composição do conselho.
Principais resultados	Encontraram os autores que o tamanho da empresa, lucros retidos, composição do conselho e força de trabalho são significativos para explicar a escolha de políticas contábeis, sendo os dois primeiros positivamente relacionados com a estratégia de resultado.
Taplin, Yuan e Brown (2014)	
Objetivo	Investigar as características de empresas chinesas que optam pelo valor justo em vez de custo histórico para propriedades de investimento.
Políticas contábeis analisadas	Propriedade para investimentos.
Variáveis utilizadas	Alavancagem, gerenciamento de resultados, internacionalização da empresa, composição acionária, tamanho e segmento.
Principais resultados	A utilização do valor justo para propriedades de investimento foi observada em empresas chinesas listadas em uma bolsa de valores internacional, com receita internacional, com volatilidade dos lucros reportados e de menor tamanho.
Souza e Lemes (2016)	
Objetivo	Identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos fixos, ativos intangíveis e propriedades de investimento em empresas listadas no Brasil, Chile e Peru, bem como as características das entidades que influenciam nas escolhas de políticas contábeis.
Políticas contábeis analisadas	Imobilizado, intangível, propriedade para investimentos.
Variáveis utilizadas	Auditoria por *Big Four*, endividamento, país, norma anterior IFRS, lucro, rentabilidade, ativos, segmento econômico, tamanho e ano.
Principais resultados	Em relação ao imobilizado, a comparabilidade internacional aumentou após a adoção das IFRS. Não se observou o mesmo com os ativos intangíveis. As variáveis explicativas para as políticas contábeis foram país, lucratividade, ativos e ano.
Ali e Ahmed (2017)	
Objetivo	Examinar os determinantes das escolhas de política contábil de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade de empresas listadas no sul da Ásia.
Políticas contábeis analisadas	Estoque, depreciação e imobilizado.
Variáveis utilizadas	Tamanho, intensidade de capital, IOS, alavancagem, lucratividade, concentração acionária, imposto de renda, segmento da econômico.
Principais resultados	Encontraram os autores que as variáveis determinantes para escolha de políticas contábeis na Índia, Paquistão e Bangladesh foram tamanho da empresa, o IOS, a alavancagem e a concentração acionária.
Han et al. (2017)	
Objetivo	Examinar a influência de conselho compartilhado nas escolhas das políticas contábeis das empresas a partir da perspectiva da difusão do comportamento.
Políticas contábeis analisadas	Estoque e depreciação.
Variáveis utilizadas	Conselho compartilhado, ativo total, característica dos integrantes do conselho, força de trabalho, segmento indústria, custo mercadorias, títulos, despesas marketing, estrutura financiamento, receitas e ROA.
Principais resultados	Empresas com conselho compartilhado possuem práticas contábeis semelhantes, o que aponta que há irradiação das políticas contábeis entre as organizações nessa circunstância.
Fasan e Marcon (2018)	

Objetivo	Investigar o papel da tradição contábil e do oportunismo gerencial nas escolhas entre contabilizar itens contábeis de acordo com o custo histórico ou o método do valor justo.
Políticas contábeis analisadas	Propriedade para investimentos, Intangível e imobilizado.
Variáveis utilizadas	País da empresa, segurança de emprego do CEO, alavancagem, tamanho, valor da empresa e segmento econômico.
Principais resultados	A tradição contábil segue influenciando na utilização do valor justo. Já o oportunismo gerencial não foi observado, sendo o valor justo utilizado de acordo com a indicação normativa.
Alves (2019)	
Objetivo	Examinar os determinantes das escolhas contábeis para propriedades de investimento por empresas portuguesas.
Políticas contábeis analisadas	Propriedade para investimentos.
Variáveis utilizadas	Alavancagem, tamanho, plano de bônus, assimetria da informação, concentração acionária e composição do conselho.
Principais resultados	As empresas escolhem entre valor justo e custo pensando em sinalizar a saúde financeira, especialmente a capacidade de endividamento. Revelam os autores que a concentração acionária favorece a utilização da mensuração pelo custo.
Ciftci e Darrough (2019)	
Objetivo	Investigar como os credores privados avaliam as empresas com diferentes políticas de estoque.
Políticas contábeis analisadas	Estoque.
Variáveis utilizadas	Spread, ROA, intensidade de capital, liquidez corrente, índices de títulos, valor da empresa, alavancagem, risco de crédito, lucro/prejuízo, *facility*
Principais resultados	Os resultados apontam que as decisões de preço dos credores privados levam em consideração a política de estoque utilizadas. E a possibilidade de ganhos futuros pela aplicação de método "último que entra, primeiro que sai" é um dos principais elementos de avaliação.

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: ROA - Retorno sobre Ativos, IOS – Investment Opportunity Set, CEO - Chief Executive Officer

A Tabela 1 evidencia que as inquietações envolvendo políticas contábeis percorreram grande período e seguem motivando pesquisas acadêmicas. Os fatores determinantes nas escolhas são alvo de especial interesse. Destaca-se, também, as análises envolvendo a opção das empresas por utilizar ou não o valor justo nas mensurações e registros.

2.4 Hipóteses de pesquisa

Em relação às hipóteses de pesquisa, espera-se que o tamanho das organizações reflita em políticas que reduzam os resultados. Isso porque empresas maiores e com melhores ganhos são mais exigidas pelos *stakeholders* na direção de compartilhar seus lucros com a sociedade (Soliman, 2019).

H1: Quanto maior o ativo total das empresas, maior é a utilização de políticas de redução de resultados.

A segunda hipótese é que o grau de imobilização (*assets in place)* pelas empresas influencia tanto escolhas contábeis que aumentam como escolhas que reduzem o resultado. Considerando que a intensidade do imobilizado é observada pelos investidores e partes interessadas (Nijam, 2018), a política escolhida pode visar tanto o acréscimo como decréscimo de resultados, conforme conveniência.

H2: O grau de imobilização influencia nas escolhas de políticas contábeis de aumento e diminuição de resultados.

Gul (2001) avaliou o impacto do conjunto de oportunidades de investimento (IOS) nas escolhas de políticas de estoques. Na presente pesquisa acredita-se que essa variável direciona políticas de aumento e diminuição de resultados.

H3: Conjunto de oportunidades de investimento (IOS) influencia nas escolhas de políticas de aumento e diminuição de resultados.

As exigências de resultados contábeis - *covenants* - aumentam em função do montante contratado (Konraht, & Soares, 2020). De fato, os credores têm menores riscos se a saúde financeira da empresa é sólida. Por isso, como quarta hipótese, prevê-se que uma maior alavancagem refletirá políticas de aumento de resultado.

H4: Quanto maior a participação de terceiros no ativo não circulante, maior é a utilização de políticas de aumento de resultado.

As demais hipóteses associadas à margem operacional, concentração acionária e impostos, consideram que as políticas contábeis são voltadas à redução de resultado. Embora um lucro maior possa sinalizar positivamente para as partes interessadas, também resulta em maior cobrança social (Soliman, 2019), distribuição para os acionistas (Saleh, Afifa, & Haniah, 2020) e pagamento de impostos (Rezende, & Nakao, 2012). Assim, hipotetiza-se que nessas situações as empresas utilizarão políticas de redução do resultado.

H5: As políticas contábeis de redução de resultado são mais utilizadas quando a margem operacional é maior.

H6: As políticas de redução de resultado são mais utilizadas quando a pulverização das ações em poder do público é maior.

H7: As políticas de redução de resultado são mais utilizadas quando a carga tributária sobre o lucro é maior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo de empresas consideradas contempla organizações que atuam no setor de consumo cíclico listadas na bolsa de valores brasileira (B3), as quais abrangem 97 entidades. O período investigado compreendeu o intervalo de 2014 a 2019, de forma que alcançou o período imediatamente posterior ao utilizado na pesquisa de Silva e Martins (2018), a qual investigou as políticas contábeis predominantes nas empresas brasileiras entre 2008 e 2013. Assim, a amostra não probabilística foi composta por todas as empresas que tinham os dados disponíveis no intervalo de interesse, totalizando 92 empresas de capital aberto que atuam no mercado brasileiro. Os subsetores e o número de empresas em cada um deles podem ser visualizados na Tabela 2 – Subsetores econômicos da população e da amostra.

Tabela 2

Subsetores econômicos da população e da amostra

Nome	População	Amostra	Nome	População	Amostra
Automóveis e motocicletas	3	3	Calçados	4	4
Eletrodomésticos	4	4	Fios e tecidos	14	14
Produtos diversos	7	7	Vestuário	2	2
Tecidos, vestuário e calçados	8	8	Móveis	1	1
Incorporações	28	25	Utensílios domésticos	1	1
Aluguel de carros	5	5	Atividades esportivas	1	1
Programas de fidelização	2	0	Bicicletas	1	1
Serviços educacionais	6	6	Brinquedos e jogos	1	1
Hotelaria	1	1	Produção de eventos e shows	2	1
Restaurantes e similares	2	2	Viagens e turismo	1	1
Acessórios	3	3			

Fonte: Elaborada pelos autores

Pode-se observar na Tabela 2 que a amostra contempla atividades de produção, comércio e serviços. Enquanto Gul (2001), para avaliar a relação com fluxo de caixa, preocupou-se em excluir da amostra empresas que pudessem ter suas políticas influenciadas por regulação setorial, a presente pesquisa privilegiou a amplitude de segmentos empresariais, já que a influência do setor também é uma variável avaliada. Ressalta-se, ainda, que a diversidade de subsetores e empresas amplia a possibilidade de encontrar diferentes políticas contábeis na amostra, motivo pelo qual o setor de consumo cíclico foi escolhido no estudo. O estudo utiliza os seguintes dados: i) valores contábeis ii) informações de políticas contábeis iii) preço de ações iv) percentual de ações diluídas em circulação. A fonte de coleta foi o *site* da B3 e a base de dados Economática, a partir das demonstrações contábeis e notas explicativas anuais, sendo a captura entre abril e julho de 2021. Após tabulação e compilação, os dados sofreram tratamento estatístico para realização de inferências e alcance de resultados, sendo, pois, aderente a um estudo quantitativo e documental (Raupp, & Beuren, 2013). Em relação às características da pesquisa, tratou-se de um estudo descritivo, nos termos defendidos por Gil (2012), visto que buscou compreender o funcionamento de um fenômeno, a saber, os elementos que exercem influência nas escolhas de políticas contábeis das empresas.

Inicialmente, com intuito de obter uma visão geral dos dados, as variáveis foram analisadas mediante estatística descritiva, considerando medida de tendência central e frequência. Na sequência, os dados foram analisados com regressão múltipla, aproveitando-se, com adaptações, do modelo estatístico proposto por Ali e Ahmed (2017). Esses autores utilizaram variáveis independentes associadas ao resultado, grau de imobilização e estrutura de capital, para analisar o comportamento das escolhas de políticas contábeis. Além disso, consideraram como possível elemento determinante das políticas contáveis o valor da empresa, representado pelos gastos discricionários futuros (IOS). Essa variável também é avaliada nesse contexto por Astami e Tower (2006).

O modelo utiliza-se de *proxy* para representar as escolhas de políticas contábeis. Nesse particular o presente estudo realiza uma mudança importante em relação ao modelo original. Enquanto Ali e Ahmed (2017) consideram as políticas de estoque, depreciação e imobilizado, na investigação atual optou-se por substituir as políticas associadas ao imobilizado pelas políticas atinentes a propriedades para investimento, política essa também utilizada nos estudos de Waweru, Ntui e Mangena (2011). Tal alteração deve-se

a restrição imposta pela legislação brasileira nas escolhas das políticas envolvendo o imobilizado, a qual só permite a mensuração pelo método do custo.

Prossegue-se com a Equação 1 representativa do modelo econométrico, adaptada do estudo de Ali e Ahmed (2017), assim como a descrição das variáveis envolvidas.

Equação 1:

$$PCSCORE = \beta_1 + \beta_2 TAM + \beta_3 G_IMOB + \beta_4 IOS + \beta_5 C_TER + \beta_6 LUC + \beta_7 P_ACAO + \beta_8 IMP + \beta_9 SEG + \epsilon$$

Onde:

$PCSCORE$ – média de pontuação das três políticas contábeis utilizadas pelas empresas
TAM – logaritmo natural do ativo total
G_IMOB – valor contábil do imobilizado dividido pelo total de ativos
IOS – valor bruto do imobilizado dividido pelo valor da empresa (preço das ações*ações em circulação + valor contábil do passivo)
C_TER – passivo dividido pelo (ativo não circulante – realizável a longo prazo)
LUC – lucro operacional dividido pela receita operacional líquida
P_ACAO – percentual de ações pulverizadas com o público
IMP – despesa de imposto de renda e CSSL dividido pelo lucro líquido antes do imposto de renda
SEG – variável *dummy* com o segmento da empresa

As ponderações adotadas no estudo para determinar a pontuação e valores associados às escolhas de políticas contábeis (variável dependente $PCSCORE$) com relação à base de mensuração para estoque, depreciação e propriedade para investimentos são apresentadas na Tabela 3 – Score das políticas contábeis.

Tabela 3

Score das políticas contábeis

Estoques		Depreciação		Propriedade para investimentos	
Política	Score	Política	Score	Política	Score
PEPS	2	Linear	2	Custo	2
Custo médio ponderado	1	Saldos decrescentes	1	Valor justo	1

Fonte: Elaborada pelos autores

A Tabela 3 exibe com maior pontuação (2) as políticas que tendem a provocar o aumento do resultado e com menor pontuação (1) as políticas que diminuem o resultado em relação à base de mensuração para estoque, depreciação e propriedade para investimentos. A política de estoques – PEPS – aumenta o resultado (Han et al., 2017), visto que registra custos mais baixos em relação à política do custo médio ponderado. Da mesma forma, a política de depreciação – linha reta – favorece os ganhos (Han et al., 2017), pois suaviza as despesas de depreciação uniformemente ao longo da vida econômica do ativo. No que tange as políticas associadas à propriedade para investimento, ainda que possa existir conservadorismo e discricionaridade nas mensurações (Batista, & Paulo, 2020), considerando que se trata de um ativo que se propõe a gerar renda ou valorização de capital, é razoável crer na valorização desse ativo ao longo do tempo. Israeli (2015), analisando empresas da União Europeia, apura que os investidores consideram sobreavaliados os valores divulgados/reconhecidos para propriedade para investimentos, o que reforça o entendimento de que a escolha pela

mensuração ao valor justo denota compatibilidade com a redução do resultado. Assim, a variável $PCSCORE$ é a soma dos valores de cada política dividido pela quantidade de políticas.

A forma de calcular o IOS seguiu o proposto por Ali e Ahmed (2017) e Astami e Tower (2006), em que pese existam diferentes *proxies* para representar o IOS, sendo quatro abordagens principais (Adam, & Goyal, 2008). A variável C_TER, a qual representa a participação de capital de terceiros no ativo não circulante, foi alterada em relação ao modelo de Ali e Ahmed (2017), a fim de que fosse incluído o ativo intangível e desconsiderado o realizável a longo prazo. Dado que não há investimento em realizável a longo prazo e, dependendo do segmento, há necessidade de investimento em ativo intangível, essa configuração parece mais adequada para explicação da variável dependente. Em relação à diluição de ações P_ACAO, considerou-se a soma de ações preferenciais e ordinárias de investidores com menos de 10% das ações para chegar no percentual de ações pulverizadas. Por fim, diferente do modelo original, cabe destacar que à variável de imposto de renda foi adicionado o valor de CSSL, com o objetivo de compatibilizar com a realidade brasileira.

Foram efetuados testes de suposições, a fim de validar as análises econométricas do modelo. Conforme Hair Jr et al. (2006), as características da análise multivariada requerem validações adicionais, visto que potencializam vieses ao utilizar muitas variáveis. Assim, foram realizados testes de normalidade, homocedasticidade e verificação da correlação dos resíduos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 2 evidencia que todos os subsetores permaneceram representados na amostra, exceto empresas enquadradas como Programas de fidelização. Visualiza-se que há maior incidência de empresas que atuam como Incorporações, seguidas das empresas classificadas como Fios e Tecidos, as quais somadas representam aproximadamente 42% das empresas avaliadas. Esse conjunto de empresas possibilitaram a geração de 477 observações no intervalo pesquisado. A Tabela 4 – Estatística descritiva – exibe os números apurados de média, máximo e mínimo.

Tabela 4
Estatística descritiva

	PCSCORE	TAM	G_IMOB	IOS	C_TER	LUC	P_ACAO	IMP
Mínimo	1	3,135	0	0	0	-239,033	0	-268,058
Máximo	2	17,016	0,981	0,888	73475,43	130,809	90	12,62
Média	1,656	13,732	0,158	0,121	320,49	0,388	16,61	-0,453

Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme Tabela 4, a média da variável PSCORE (1,656) aproxima-se de 2, o que sinaliza que as políticas contábeis observadas estão mais alinhadas com o objetivo de provocar o aumento do resultado. Logo, sob essa perspectiva, as escolhas não colocam como foco a redução de pagamento de tributos, o que poderia acontecer se predominasse a opção por políticas voltadas à redução do resultado. De forma análoga, Ali e Ahmed (2017) encontraram prevalência de políticas compatíveis com aumento de resultado em

sua pesquisa. Pode-se destacar, também, que as empresas avaliadas estão configuradas de forma a ter um controle concentrado. Embora verifique-se um pico de 90% de ações na mão de minoritários, a média de 16,61% indica que a maior parte das empresas possui o capital controlado por poucos acionistas, resultado consideravelmente inferior ao verificado nas empresas asiáticas nos estudos de Astami e Tower (2006) e Ali e Ahmed (2017), os quais identificaram 33% e 49%, respectivamente.

Concernente às escolhas das políticas de cada ano nos 3 aspectos analisados, a Tabela 5 – Políticas adotadas – explicita as preferências identificadas.

Tabela 5

Políticas adotadas

Estoques			Depreciação			Propriedade para investimentos		
Política	Score	Qtd	Política	Score	Qtd	Política	Score	Qtd
PEPS	2	0	Linear	2	473	Custo	2	18
Custo médio ponderado	1	274	Saldos decrescentes	1	12	Valor justo	1	70

Fonte: Elaborada pelos autores

Nem todas as empresas apresentaram as políticas contábeis, para os 3 itens avaliados, em suas notas explicativas, logo, não há correspondência com o número de observações. Assim, a Tabela 5 apresenta os quantitativos apurados em termos absolutos, mas não apresenta em termos relativos. Cabe destacar, ainda, que foi identificada constância nas políticas adotadas e somente uma empresa apresentou alteração de política no período considerado.

A política de estoque PEPS não foi adotada por qualquer das empresas. O resultado não surpreende e acompanha a pesquisa de Han et al. (2017), na qual o PEPS constou em menos de 5% das vezes, considerando um universo de 8.920 observações. Por outro lado, Ciftci e Darrough (2019), quando comparando exclusivamente com método UEPS (último que entra, primeiro que sai), verificaram uma frequência três vezes maior na utilização do PEPS. Verificou-se, adicionalmente, que as empresas que pertencem ao subsetor de Incorporações utilizam o custo individual para seus estoques, dada a característica não intercambiável de seus produtos. Assim, como não se trata de uma escolha, essa situação não foi computada. Portanto, a totalidade dos setores analisados adota o custo médio ponderado para mensuração de seus estoques.

Em relação à política de depreciação, 12 observações registraram a opção pelo saldo decrescente. Essa escolha foi identificada em empresas de aluguel de veículos, as quais utilizam esse método para os veículos destinados ao serviço de gestão de frotas, sendo o método linear utilizado nos demais casos. A preferência pelo método linear também foi visualizada na pesquisa de Hagerman e Zmijewski (1979).

Já as políticas associadas à propriedade para investimentos tiveram o menor quantitativo observado. Isso decorre de muitas empresas não possuírem tal ativo e, consequentemente, não fazerem menção em seus demonstrativos contábeis. A utilização do custo como base de mensuração subsequente é encontrada em empresas de 4 subsetores: tecidos/vestuários/calçados, automóveis/motocicletas, incorporações e calçados. A predominância da escolha pelo valor justo não coaduna com os resultados apurados por Taplin, Yuan e Brown (2014), os quais identificaram um perfeito equilíbrio entre valor justo e custo na amostra de 96 empresas chinesas.

Em suma, verifica-se que há pouca oscilação nas escolhas de políticas contábeis envolvendo estoques, depreciação e propriedade para investimentos. A escolha pelo custo médio ponderado nos estoques, depreciação linear e mensuração a valor justo nas

propriedades para investimento são quase que uma constante na amostra avaliada. Além disso, pela análise preliminar das escolhas contábeis identificadas no estudo, as empresas investigadas optam por políticas que tendem a provocar o aumento do resultado do período. Sendo assim, os indícios sugerem que as políticas adotadas são motivadas pela busca de informação de melhor qualidade para os usuários, consoante ao que explicam Healy e Wahlen (1999).

4.2 Regressão múltipla

Os valores apurados na regressão múltipla são apresentados na Tabela 6 – Resultados da regressão. Nela constam os coeficientes, erro padrão, P-value de todas as variáveis e dos subsetores considerados significativos. Além disso, apresenta-se o resultado do R^2.

Tabela 6

Resultados da regressão

	Coeficientes	Erro Padrão	P-value
Intercepto	1.720e+00	9.386e-02	< 2e-16 ***
TAM	-1.140e-02	6.294e-03	0.070865 .
G_IMOB	-2.690e-01	1.005e-01	0.007783 **
IOS	6.637e-02	8.567e-02	0.439015
C_TER	-1.937e-06	2.264e-06	0.392838
LUC	2.455e-04	4.687e-04	0.600673
P_ACAO	-5.923e-04	5.415e-04	0.274787
IMP	-2.156e-04	5.593e-04	0.700091
SEG_E	3.588e-01	4.292e-02	1.55e-15***
SEG_F	1.610e-01	5.618e-02	0.004405**
SEG_H	3.665e-01	4.766e-02	1.53e-13***
SEG_P	-6.144e-01	1.134e-01	1.12e-07***
SEG_T	2.484e-01	6.423e-02	0.000131***
R^2	0,6797		

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota:"***" significância a 0,1% "**" significância a 1% "." significância a 10% " " sem significância

Em relação aos pressupostos do modelo, foram realizados os testes de normalidade, homocedasticidade e verificação da correlação dos resíduos. Para avaliação da normalidade, utilizou-se o teste Shapiro-Wilk, o qual não obteve valor compatível com um comportamento normal. Entretanto, como se trata de amostra pequena, essa é uma suposição que pode ser flexibilizada sem comprometer o ajuste do modelo de regressão linear (Mello et al., 2019). A premissa de variância constante dos resíduos não foi confirmada no teste Breush-Pagan. Apesar disso, sabe-se que a heterocedasticidade não implica um estimador viesado (Cribari-Neto, 2003), embora reduza o grau de precisão dos parâmetros. O teste Durbin-Watson constatou a ausência de autocorrelação, o que contribui para validação dos estimadores do modelo (Figueiredo Filho, et al., 2011).

Chama a atenção, na Tabela 6, que somente 3 variáveis foram consideradas significativas: TAM, G_IMOB e SEG. Como a variável TAM possui um nível de significância de 10%, somente as outras duas variáveis do modelo ajudam a explicar a variável dependente. Esse resultado destoa do encontrado por Ali e Ahmed (2017), onde 5 variáveis tiveram pelo menos 5% de significância.

A hipótese (H1) de que o maior tamanho da empresa direciona para políticas de redução de resultados não pode ser confirmada, diferente do que apuraram Waweru, Ntui

e Mangena (2011), considerando empresas da Tanzânia. Embora o tamanho da empresa exerça influência sobre as políticas na amostra, não há significância suficiente para inferências. Já o grau de imobilização das empresas é uma variável que interfere nas escolhas contábeis, portanto H2 é confirmada. Ressalva-se, contudo, que o coeficiente é muito pequeno (-2.690e-01). Logo, mudanças no grau de imobilização têm pouco impacto na composição e escolhas das políticas contábeis.

Como o conjunto de oportunidades de investimentos e a participação de terceiros no ativo foram variáveis não significativas, as hipóteses (H3) e (H4) não puderam ser confirmadas. O mesmo acontece com as hipóteses (H5), (H6) e (H7), as quais sugeriam políticas contábeis de redução de resultado, a partir do aumento da margem operacional, da pulverização dos acionistas e da maior carga tributária. Esses resultados não guardam espelhamento com Astami e Tower (2006), os quais apuraram, por exemplo, que o IOS é um preditor relevante para determinar as políticas contábeis e que a pulverização do controle acionário ajuda a explicar as escolhas de políticas contábeis.

Outro resultado verificado é que o setor de atuação da empresa também contribui para a decisão de qual política contábil adotar. Os segmentos indicados como significativos foram Incorporações, Aluguel de carros, Serviços educacionais, Utensílios domésticos e Produção de eventos e shows. Destaca-se que o segmento de Fios e tecidos, com grande incidência na amostra, não foi significativo. Assim, como no caso da variável G_IMOB, os coeficientes gerados são valores muito baixos, portanto o impacto nas escolhas contábeis é de menor alcance.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade e relevância da informação contábil é pilar para transparência e bom funcionamento da relação empresa/*stakeholder*. Logo, a compreensão do processo de elaboração e determinação das informações contábeis é de amplo interesse. Nessa esteira, o processo de escolha das políticas contábeis é um item importante nesse contexto e precisa ser constantemente monitorado, a fim de servir de instrumento para melhoria da informação contábil e reduzir os riscos de se tornar um mecanismo de gerenciamento de resultados.

Para trabalhar o assunto, o propósito do artigo foi analisar os fatores determinantes das escolhas de políticas contábeis nas empresas brasileiras. Assim, buscou-se identificar a política adotada por empresas de diferentes segmentos no que tange aos estoques, depreciação e propriedade para investimentos. Além disso, investigou-se como fatores, predominantemente financeiros, exercem influência na escolha dessas políticas.

As empresas investigadas foram as integrantes do setor de consumo cíclico da B3. Nesse conjunto, predominaram as classificadas como Incorporações e Fios e tecidos, abrangendo 42% da amostra. Em relação às políticas escolhidas, destaca-se que não foi encontrada nota explicativa mencionando a utilização do critério de atribuição de custos de estoque PEPS. Além disso, percebeu-se a ocorrência majoritária pela depreciação linear e, como avaliação subsequente de propriedade para investimentos, o valor justo. Verificou-se, também, que as políticas adotadas nesses 3 componentes são voltadas, em média, para o aumento do resultado.

O entendimento da influência das variáveis independentes na escolha das políticas contábeis foi realizado a partir da adaptação do modelo de Ali e Ahmed (2017). Como resultado, foi observado que a variável grau de imobilização é determinante e ajuda a explicar as escolhas de políticas contábeis. Além disso, verificou-se que o segmento onde está inserida a empresa também contribui para determinação da política contábil. As

demais variáveis não foram consideradas significativas, o que se afastou dos achados de Ali e Ahmed (2017) e Astami e Tower (2006).

Os resultados encontrados adicionam luz acerca dos fatores determinantes das políticas contábeis, especialmente por evidenciar as políticas de maior incidência e a variável de influência nas escolhas. Não estabelecem, porém, conhecimento definitivo sobre o tema. É possível que outros fatores sejam identificados ao ampliar ou modificar os segmentos de empresas analisadas. Além disso, avaliar o comportamento das políticas com enfoque em variáveis não financeiras também pode ser uma alternativa de continuidade do estudo.

REFERÊNCIAS

Adam, T., & Goyal, V. K. (2008). The investment opportunity set and its proxy variables. *The Journal of Financial Research*, 31(1), 41–63.

Alam, N., Ramachandran, J., & Nahomy, A. H. (2020). The impact of corporate governance and agency effect on earnings management – a test of the dual banking system. *Research in International Business and Finance*, 54, 1-16.

Ali, M. J., & Ahmed, K. (2017). Determinants of accounting policy choices under international accounting standards: Evidence from South Asia. *Accounting Research Journal*, 30(4), 430-446.

Almeida, N. S., & Lemes, S. (2020). Determinants of accounting choice: do CFOs' characteristics matter?. *Management Research Review*, 43(2), 185-203.

Alves, S. (2019). Accounting for investment property: determinants of accounting policy choice by portuguese listed firms. *International Journal of Accounting and Taxation*, 7(2), 1-10.

Astami. E. W, & Tower, G. (2006). Accounting-policy choice and firm characteristics in the Asia Pacific region: an international empirical test of Costly Contracting Theory. *The International Journal of Accounting*, 41, 1-21.

Badertscher, B. A. (2011). Overvaluation and the choice of alternative earnings management mechanisms. *The Accounting Review*, 86(5), 1491-1518.

Badertscher, B. A., Collins, D. W., & Lys, T. Z. (2012). Discretionary accounting choices and the predictive ability of accruals with respect to future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 53, 330-352.

Batista, F. F., & Paulo, E. (2020). Conservadorismo e mensuração das propriedades para investimento no setor de exploração de imóveis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 1-19.

Beneish, M. D. (2001). Earnings management: a perspective. *Managerial Finance*, 27(12), 3–18.

Botinha, R. A., & Lemes, S. (2017). Comparabilidade das escolhas contábeis em propriedades para investimentos de empresas listadas na BM&FBOVESPA e NYSE. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(1), 113-132.

Buchholz, F., Lopatta, K., & Maas, K. (2020). The deliberate engagement of narcissistic CEOs in earnings management. *Journal of Business Ethics*, 167, 663–686.

Cairns, D., Massoudi, D., Taplin, R., & Tarca, A. (2011). IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, 43, 1–21.

Capalbo, F., Frino, A., Lim, M. Y., Mollica, V., & Palumbo, R. (2018). The impact of CEO narcissism on earnings management. *ABACUS*, 54(2), 210-226.

Chang, Y. Liu, C., & Ryan, S. G. (2021). Accounting policy choice during the financial crisis: evidence from adoption of the fair value option. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 36(1), 108–141.

Ciftci, M., & Darrough M. (2019). Inventory policy choice and cost of debt: a private debtholders' perspective. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 1–30.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009). *CPC 16 (R1) – Estoques*.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009). *CPC 27 – Ativo imobilizado*.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009). *CPC 28 – Propriedade para investimentos*.

Cribari-Neto, F., & Soares, A. C. N. (2003). Inferência em Modelos Heterocedásticos. *Revista Brasileira de Economia*, 57(2), 319-335.

Dechow P., Ge W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344–401.

Fasan, M. & Marcon, C. (2018). Accounting choice under IFRS: the role of accounting tradition and managerial opportunism. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 8(3), 209-223.

Ferramosca, S., & Allegrini, M. (2018). The complex role of family involvement in earnings management. *Journal of Family Business Strategy*, 9, 128–141.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 255–307.

Figueiredo Filho, D., Nunes, F., Rocha, E. C., Santos, M. L., Batista, M., & Silva Júnior, J. A. (2011). O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 1, 2011.

Gil, A. C. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas.

Glaum, M., Keller, T., & Street, D. L. (2018). Discretionary accounting choices: the case of IAS 19 pension accounting. *Accounting and Business Research*, 48(2), 139-170.

Guggenmos, R. D. (2020). The effects of creative culture on real earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 37(4), 2319–2356.

Gul, F. A. (2001). Free cash flow, debt-monitoring and managers' LIFO or FIFO policy choice. *Journal of Corporate Finance*, 7, 475–492.

Hagerman, R. L., & Zmijewski, M. E. (1979). Some economic determinants of accounting policy choice. *Journal of Accounting and Economics*, 1, 141-161.

Hair Jr, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2016). Análise multivariada de dados. Bookman.

Han, J., Hub, N., Liu, L., & Tian, G. (2017). Does director interlock impact the diffusion of accounting method choice?. *Journal of Accounting and Public Policy*, 36, 316-334.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365–383.

Iatridis, G. (2010). International financial reporting standards and the quality of financial statement information. *International Review of Financial Analysis*, 19, 193-204.

Israeli, D. (2015). Recognition versus disclosure: evidence from fair value of investment property. *Review of Accounting Studies*, 20(4), 1457–1503.

International Accounting Standards Board (2003). *IAS 8 – Accounting policies, changes in accounting estimates and erros*.

Keating, A. S., & Zimmerman, J. L. (2000). Depreciation-policy changes: tax, earnings management, and investment opportunity incentives. *Journal of Accounting and Economics*, 28, 359-389.

Konraht, J. M., & Soares, R. O. (2020). O duplo papel dos covenants contábeis na captação de dívida no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(1), 183-199.

Kvaal, E., & Nobes, C. (2012). IFRS policy changes and the continuation of national patterns of IFRS practice. *European Accounting Review,* 21(2), 343-371.

Lara, J. M. G., Osma, B. G, & Penalva, F. (2020). Conditional conservatism and the limits to earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 39, 1-26.

Lau, C. K., & Wong. L. L. (2019). The market discount of property developers' shares and accounting policies. *Journal of Property Investment & Finance*, 37(2), 172-193.

Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *Brazilian Business Review*, 10(4), 1-31.

Matsumoto, D. A. (2002). Management's incentives to avoid negative earnings surprises. *The Accounting Review*, 77(3), 483-514.

Mello, L. B., Constantino, F. F. S., Macedo, M. A. S., & Rodrigues, A. (2019). Provável, possível ou remota? um estudo sobre gerenciamento de informações contábeis utilizando as provisões contingenciais em entidades de previdência complementar. *Contabilidad y Negocios*, 14(28), 54-69.

Nijam, H. M. (2018). Motives for reporting fixed assets at revalued amount: evidence from a developing economy. *Global Business Review*, 19(3), 604–622.

Paulo, E., Martins, E., & Corrar, L. J. (2007). Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 46-59.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2013). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In I. M. Beuren (Org.) *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade* (3a ed., Cap. 3, pp. 76-97). Atlas.

Rezende, G. P., & Nakao, S. H. (2012). Gerenciamento de resultados e a relação com o lucro tributável das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 6-21.

Silva, D. M., & Martins, V. A. (2018). Políticas contábeis recomendadas nas normas e escolhas contábeis predominantes em companhias abertas e fechadas no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(3), 372 - 390.

Saleh, I., Afifa, M. A., & Haniah, F. (2020). Financial factors affecting earnings management and earnings quality: new evidence from an emerging market. *ACRN Journal of Finance and Risk Perspectives*, 9, 198-216.

Skinner, D.J. (1993). The investment opportunity set and accounting procedure choice: preliminary evidence. *Journal of Accounting and Economics*, 16(4), 407-445.

Soliman, W. S. (2019). The influence of political costs on income smoothing: evidence from listed Egyptian firms. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 9(2), 29-50.

Souza, F. E. A., & Lemes, S. (2016). Comparability of accounting choices in subsequent measurement of fixed assets, intangible assets, and investment property in South American companies. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(71), 169-184.

Srivastava, A. (2019). Improving the measures of real earnings management. *Review of Accounting Studies*, 24, 1277-1316.

Stadler, C., & Nobes, C. W. (2014). The influence of country, industry, and topic factors on IFRS policy choice. *Abacus*, 50(4), 386-421.

Stadler, C., & Nobes, C. W. (2018). Accounting for government grants: standard-setting and accounting choice. *Journal of Accounting and Public Policy*, 37, 113–129.

Taplin, R., Yuan, W., & Brown, A. (2014). The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 8(1), 101-113.

Wang, Y., Du, R., Koong, K. S., & Fan, W. (2017). Effects of R&D policy choice on accounting performance and market value. *R&D Management*, 47(4), 545-556.

Waweru, N. M., Ntui, P. P., & Mangena, M. (2011). Determinants of different accounting methods choice in Tanzania. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(2), 144-159.